



POLÍTICAS PÚBLICAS

Após as críticas do presidente Lula, Ministério da Saúde reconhece o sucateamento da Anvisa e garante que está investindo na melhora do órgão. Aneel também é alvo de queixas. Associação de servidores aponta situação "deficitária de pessoal"

Troca de farpas entre governo e agências

» MAYARA SOUTO

O embate entre o governo federal e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) continua. O Ministério da Saúde publicou ontem uma nota afirmando ter conhecimento do sucateamento que a agência reguladora enfrenta há anos e garantiu que está investindo na melhora do órgão. O comunicado vem logo após a troca de farpas entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do órgão, Antonio Bara Torres.

A pasta culpa o governo Bolsonaro pela falta de servidores. De acordo com a nota, em 2023, no início do governo Lula, "a Instituição estava, como tantos outros órgãos, sucateada, sem reposição de vagas e sem o apoio necessário para cumprir seu papel com a segurança sanitária e o compromisso com a saúde da população".

O Ministério aponta o "negacionismo" do antecessor e relembra o papel da agência reguladora durante a pandemia. "Nosso compromisso com a ciência marca profundamente a diferença com o governo anterior. Aumentamos os recursos para a ciência em 5 vezes e nossa política é baseada em conhecimento científico e não em notícias falsas para a população, que tiraram centenas de milhares de vidas de brasileiras e brasileiros na pandemia", diz o texto.

A pasta reafirmou ainda o compromisso em "garantir a segurança e eficácia dos medicamentos e produtos para a saúde". "Vamos retomar sim a inserção estratégica da Anvisa para garantir o direito à saúde e a autonomia tecnológica nacional para não ficarmos vulneráveis como ficamos na pandemia da Covid-19. Sempre respeitando

e valorizando os servidores e as ações integradas com o Ministério da Saúde", acrescenta o comunicado.

O estranhamento entre as esferas públicas da saúde iniciou na última sexta-feira, quando Lula criticou a Anvisa pela demora no processo de aprovação de medicamentos e insumos farmacêuticos. Na ocasião, o petista disse que a agência precisava "andar um pouco mais rápido para aprovar os pedidos que estão lá".

Em resposta, o presidente da Anvisa atribuiu a demora à falta de servidores. "O atual Governo Federal foi alertado que o número insuficiente de servidores traria impacto direto no cumprimento da missão da Agência,

Aumentamos os recursos para a ciência em 5 vezes e nossa política é baseada em conhecimento científico

Ministério da Saúde, em nota

desde o Gabinete de Transição, logo após as eleições de 2022, quando os Diretores da Anvisa foram convidados a expor e detalhar essa carência de pessoal, e quatro ofícios foram encaminhados, à época", diz trecho de uma carta aberta do presidente.

Torres ainda acrescenta que o órgão fez reuniões com o Ministério da Gestão e enviou 26 ofícios para alertar sobre a situação. "A medida concreta que recebemos nesse interím, foi a liberação por parte do Governo Federal de 50 vagas (menos da metade) das 120 disponíveis no ano de 2023, para concurso público para a Anvisa", explica.

Entidades

Entidades representativas saíram em defesa do órgão. Afetados diretamente pela situação, a Comissão dos Aprovados no Concurso Público da Anvisa de 2024 se manifestou sobre a situação. De acordo com o grupo, a agência possui menos servidores hoje (1.409 pessoas) em relação à quando foi criada (2.360

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Sede da Anvisa em Brasília: entidades apontam que órgão tem menos servidores atualmente do que quando foi criado, em 1999

pessoas), em 1999.

Em nota, a comissão afirmou que, além de estarem em descompasso com os marcos regulatórios, os tempos médios de análise são muito superiores aos desejados, quando comparados aos de outros órgãos reguladores internacionais, que possuem maior número de funcionários per capita. "A FDA (EUA) possui 54,81 funcionários por milhão de habitantes, a Invima (Colômbia) 36/milhão e a ANMAT (Argentina) 25,59/milhão, enquanto a Anvisa possui apenas 7,72/milhão", menciona.

"Fica evidente que a falta de reposição da força de trabalho da Anvisa compromete tanto as políticas públicas do Estado Brasileiro quanto o acesso da população brasileira a produtos e serviços de saúde seguros, eficazes e de qualidade. É imperativo, pois, dar prosseguimento às iniciativas de criação de novos cargos, em espaço razoável de tempo, para aproveitamento dos aprovados no atual concurso público", acrescenta a comissão.

Também manifestou apoio

à Anvisa a Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde (ABIIS), que chamou a atenção para o fato de o problema afetar também dispositivos médicos. "A Anvisa é responsável pela regulação sanitária de aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro — R\$ 10,9 trilhões no ano passado", defende.

"Desde agosto de 2023, a ABIIS vem a público declarar preocupação com a lacuna no quadro de colaboradores da Anvisa e alertar para o risco de colapso. A Agência opera atualmente com cerca da metade do pessoal necessário para o funcionamento pleno. O ideal seriam 2.900 colaboradores. Reforçamos o pedido da Agência — de contratação dos aprovados em concurso já concluído e incremento do número de vagas em concursos públicos a serem realizados", finaliza a instituição.

Aneel

O Executivo acumula outro desgaste também com a

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O Ministério Público (MP) pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que edite uma medida cautelar para blindar uma eventual intervenção no órgão regulador. A Corte de contas está apurando as falas do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre interferências na autarquia, vinculada à pasta.

Silveira enviou um ofício ao diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, no qual reclama também da "demora na tomada de decisões" sobre temas de interesse do governo. O chefe da pasta mencionou quatro demandas do MME que estariam pendentes de decisão e levantou a possibilidade de intervenção na agência, além de responsabilização da diretoria colegiada.

Em resposta, a Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica (ASEA) divulgou uma carta pública em que afirma que os órgãos reguladores são instituições de Estado, e não de

governo. De acordo com a entidade, há "um ponto equidistante" na atuação das agências em relação aos interesses "dos usuários, dos prestadores dos serviços regulados e do próprio Poder Executivo".

Assim como a Anvisa, a associação apontou a situação "deficitária de pessoal". "A factibilidade dos prazos não pode ser verificada tão somente pelo período mínimo necessário para instrução dessas políticas pela agência e outras instituições afetadas por esses atos, mas também devido ao reduzido quadro de servidores em exercício na Aneel frente a todas as atividades ordinárias, extraordinárias e desafios enfrentados pela autarquia", diz a Associação.

"Além do desfalque do quadro de servidores e de uma vaga em aberto na Diretoria há 4 meses, não menos graves são os sucessivos contingenciamentos no orçamento da Aneel, que, é bom lembrar, deveria contar com os recursos arrecadados previstos na Lei", destaca o documento.

QUEIMADAS

Brasil em chamas deixa setor elétrico em alerta

» VINÍCIUS DORIA
» HENRIQUE LESSA

Do Amapá a São Paulo, do Piauí a Mato Grosso, o Brasil arde em chamas. Entre os seis biomas brasileiros, apenas o Pampa registra número de focos de queimadas inferior em comparação aos oito primeiros meses do ano passado. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a situação mais dramática está na Amazônia, com 45,7 mil pontos de incêndio — um aumento de 76% em relação aos oito primeiros meses de 2023. No Cerrado, somam 31 mil focos, contra 22,5 mil no ano passado — aumento de 37%.

Em termos percentuais, porém, o segundo bioma mais atingido pelas queimadas é a Mata Atlântica, com um aumento de 75% da quantidade de focos na comparação com 2023. Até quinta-feira, o bioma registrou 9,4 mil pontos de queimada, contra

5,3 mil registrados entre janeiro e agosto de 2023. No Pantanal, o aumento é de impressionantes 2.113%, passando de 379 (2023) para 8,3 mil (2024) focos no período entre 1º de janeiro e 22 de agosto.

O estado de São Paulo tem 36 cidades em alerta máximo para queimadas, conforme informou o governo estadual ontem. Dessas, 17 seguem com focos ativos. Os incêndios não respeitam fronteiras, atingem indiscriminadamente florestas, áreas de proteção ambiental, reservas indígenas, matas ciliares, nascentes, grandes e pequenas propriedades rurais. Ameaçam cidades e comunidades, põem em risco motoristas nas estradas e cobrem o país com uma densa camada de fumaça na atmosfera.

Seja em Manaus, seja em Porto Alegre, pouco importa a latitude. O ar seco agravado pela fumaça afeta a saúde e o bem-estar da população e acende o alerta para o Sistema Interligado



O estado de São Paulo tem 36 cidades em alerta máximo para queimadas: 17 seguem com focos ativos

Nacional (SIN).

O apagão que atingiu os estados do Acre e de Rondônia na semana passada pode ter sido provocado por queimadas sob

as linhas de transmissão das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira. A interrupção no fornecimento de energia aos dois estados do Norte está

sendo investigada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), no entanto, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira disse ter recebido a informação de

que havia uma queimada forte na região de um dos operadores da transmissão.

Técnicos do ONS e das concessionárias que atuam na região estão apurando as causas do blecaute. O órgão, que é responsável pelo gerenciamento da oferta e da demanda de carga em todo o Sistema Interligado Nacional, tem 45 dias para apresentar o Relatório de Análise de Perturbação (RAP) sobre o incidente. Além de apontar as causas do apagão, o documento também trará recomendações para que eventos como esse possam ser evitados.

O fornecimento de energia ao Acre e a Rondônia foi restabelecido no mesmo dia. Ainda assim, o setor elétrico está em alerta, diante do alto risco de novas ocorrências ao longo da estação seca no Norte e no Centro-Oeste do país. "Em um país transcontinental como o Brasil, é literalmente impossível que você não tenha eventos pontuais, (mas) o importante é que você tenha respostas rápidas", admitiu Silveira.